

**ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e vinte e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados João Henrique e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal de presentes, com alguns on-line, declaro aberta a presente sessão ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra o segundo-secretário deputado para a leitura da ata da sessão anterior. Por favor, deputado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados, quem nos acompanha pela Rádio e TV Alemis. *“Ata da Trigésima Primeira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Cinco da Trigésima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 18412/2025, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; e-mail do deputado Federal Rodolfo Nogueira; e-mail Tranfere gov.br; e-mail’s nºs 0167 e 0168/2025, da Caixa Econômica Federal; Ofícios nºs 26.807, 26.818, 26.822, 26.823, 26.825, 26.830, 26.834, 26.836, 26.848, 26.856, 26.872, 26.877, 26.885, 26.889, 26.893, 26.905, 26.919, 29.927 e 26.939/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Zeca do PT, Pedro Kemp, Renato Câmara, Antonio Vaz, Paulo Duarte, Professor Rinaldo, Caravina, Gleice Jane e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Junior Mochi, Paulo Corrêa, Zé Teixeira e João Henrique. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Neno Razuk e Zé Teixeira. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 299/202323, de autoria do deputado Junior Mochi. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 204/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 13/2025, de autoria do deputado Neno Razuk; Projeto de Lei nº 83/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçadas aos familiares de Osvaldo Dutra, Paulo Sukehiro Yonamine; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka e Paulo*



*Corrêa, endereçada aos familiares de Gidson Arimura Arima; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada aos familiares de Arlinda Theodolina Domingos; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao Tabelião do 5º Ofício do Cartório Cidade Morena, doutor Elder Dutra, pela inauguração da nova sede no dia 22/04, na rua Marechal Cândido Mariano Rondon, nº 1379, centro, em frente ao Shopping Pátio Central; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada ao pastor Eliel Araújo de Alencar, presidente do Ministério IEADMS – Assembleia de Deus de Mato Grosso do Sul, pela realização do Congresso Cifad 2025, ocorrido nos dias 18 e 19 de abril, no Bosque Expo, em Campo Grande – MS; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada ao senhor Tarcio Eduardo Velloso Lescano, em reconhecimento à sua admirável trajetória de trinta anos dedicados ao Movimento Escoteiro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada ao Grupo Escoteiro Olavo Bilac Sesi 01/MS, em homenagem ao Dia do Escoteiro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada à Alessandra Salbego, em reconhecimento à sua conquista de Miss Eco Mato Grosso do Sul 2025, coroadando sua trajetória com dedicação, beleza e propósito, e projetando o nome de Bataguassu e de nosso estado no cenário nacional; requerimento, de autoria do deputado Roberto Hashioka, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 25 de junho de 2025, das 19h às 21h, para a realização de Sessão Solene em Comemoração aos 117 Anos da Imigração Japonesa no Brasil; requerimento, de autoria do deputado João Henrique, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 29 de abril de 2025, às 14 horas, para reunião da Comissão de Acompanhamento de Execução Orçamentária, tendo em vista a alteração de data, em atenção ao Requerimento de nº 01001/2025; requerimento de informações, de autoria do deputado Caravina; indicações, de autoria dos deputados Paulo Duarte, Lidio Lopes, Mara Caseiro, Pedro Kemp, Zeca do PT, Zé Teixeira, Gleice Jane, Neno Razuk, Caravina e Renato Câmara. O senhor presidente suspendeu a sessão para a entrega das moções de congratulação de autoria do deputado Junior Mochi. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e quatro de abril do ano de dois mil e vinte e cinco”. Está lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao ilustre deputado João Henrique que assuma momentaneamente a primeira-secretaria e proceda à leitura do expediente desta sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado João Henrique - PL) — Expediente da Sessão Ordinária do dia 29 de abril de 2025: Ofício nº 168.0.073.0072/2025, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, encaminhando proposta de anteprojeto de lei para alterar o parágrafo único do artigo 40 da Lei nº 3.310, de 14 de dezembro de 2006, objetivando possibilitar o cômputo do prazo da licença-maternidade e da licença-paternidade no estágio probatório das servidoras do Poder Judiciário de Mato Grosso do

Sul; E-mail – transfere.gov.br, encaminhando Transferência Especial - Notificação de alteração no Plano de Trabalho - Plano de Ação 09032022-19519 (Prot. nº 1.315/2025); E-mail's Ofícios nºs 0167 e 0168/2025, da Caixa Econômica Federal - encaminhando Fundo Especial de Saúde - Caixa - CR OGU MS 823382/2015 e 835957/2016 - Operação 1026886-49 e 1034353-39 - Ofício de Crédito de Recursos - OBTV (Prot. nºs 1.279/2025 e 1.282/2025); Ofícios nºs 25.380, 26.811, 26.843, 26.852, 26.860, 26.867, 26.881, 26.897, 26.901, 26.909, 26.913 e 27.131/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados (Prot. nº 460/2025); Ofícios nºs 192 e 193/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação e ao requerimento dos deputados (Prot. nºs 931/2025 e 803/2025). Ofício nº 711/2025, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 465/2025). Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o ilustre deputado Pedro Kemp. Bom dia, amigo deputado Antonio Vaz, parabéns pela entrevista que você deu hoje.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar um projeto de lei para combater desafios, jogos na internet, esses sites que colocam em risco a saúde e até mesmo a vida de crianças e adolescentes. "Dispõe sobre a comunicação por parte dos hospitais, clínicas, postos de saúde e unidades escolares da ocorrência ou indícios de prática de violência virtual, ou dos chamados desafios promovidos via internet que coloquem em risco a vida, a integridade física e/ou psicológica de crianças e adolescentes". Conforme eu disse aqui na sessão passada, houve casos de crianças que se submeteram a desafios na internet, em jogos, e o resultado disso é que algumas delas acabaram vindo a óbito; e nós temos de fazer alguma coisa. Então, quando há conhecimento por parte da escola, de uma unidade de saúde, que tenha atendido uma criança com problemas de saúde em função desses jogos e desafios virtuais, é imprescindível que essas unidades de saúde, essas escolas comuniquem o ocorrido à autoridade policial, ou ao Conselho Tutelar, para que esses jogos, esses desafios sejam retirados da internet e apuradas as responsabilidades de quem incita crianças e adolescentes a participar desses desafios. "Artigo 1º - Os hospitais, clínicas, postos de saúde e as unidades escolares que integram a rede pública e privada de ensino no Estado de Mato Grosso do Sul, ficam obrigados a comunicar imediatamente à autoridade policial, no prazo de 24 horas, quando detectarem indícios ou confirmação da prática de violência virtual contra crianças e adolescentes. Parágrafo 1º - A comunicação prevista nesta lei tem caráter sigiloso, e as autoridades que a tenham recebido ficam obrigadas a manter o sigilo. Parágrafo 2º - A direção dos estabelecimentos previstos no *caput* deverão informar e

orientar os profissionais que trabalham em seu recinto quanto aos procedimentos de comunicação estabelecidos nesta lei. Artigo 2º - Para os fins desta lei, é entendida como violência virtual aquela praticada por meio de redes sociais, plataformas digitais ou aplicativos de comunicação, que induza, instigue, coaja ou exponha a criança ou o adolescente a situação que lhe cause dano físico, psíquico ou moral, tais como desafios, incitação à autolesão, à violência, ao suicídio ou à tentativa de suicídio, ao constrangimento, à manipulação, ao assédio virtual ou à divulgação indevida de imagem, de dados pessoais ou outras formas de violência, inclusive aquelas que induzam ou coajam a criança ou o adolescente à prática de atos com prejuízo patrimonial próprio, ou de terceiros". Então, pedimos aqui o apoio dos nobres pares para que esse projeto possa tramitar com a agilidade, para que tenhamos aqui um instrumento para combater essa violência virtual, que tem sido frequente, que fica induzindo crianças e adolescentes a se envolver em situações que prejudicam sua saúde e colocam-lhes em risco a vida. Também, senhor presidente, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando providências visando à conclusão da reforma geral da Escola Estadual Cleuza Aparecida Vargas Galhardo, localizada no município de Caarapó. Essa unidade escolar está em reforma desde março de 2023, que até hoje não foi concluída. Estive visitando a escola na última sexta-feira, e a direção nos comunicou que há uma série de transtornos hoje em função da não conclusão das obras de reforma, acrescentando que a escola está precisando de reparações urgentes, tais como: troca dos vidros que estão quebrados nas salas de aula; instalação de tampa nos vasos sanitários; troca dos beirais da escola, os quais não foram substituídos e agora estão caindo; substituição da coifa da cozinha, que funcionou por apenas 15 dias e agora está sem funcionar; substituição das válvulas hidras das descargas dos banheiros dos estudantes, que enroscam durante sua utilização, gerando vazamento de água; falta de água na caixa d'água; troca dos aparelhos de ar condicionado danificados; reparação das calçadas que, apesar de reformadas, já estão quebradas; estancamento no vazamento das pias dos banheiros dos funcionários; recuperação da tubulação hídrica, uma vez que nos dias de chuva a água volta pelo ralo e alaga a sala dos professores e a biblioteca; desobstrução das canaletas entupidas, uma vez que quando chove alaga a secretaria, a coordenação pedagógica e o refeitório; reforma na rede elétrica; entre outros. Como pode-se observar, apesar de ter passado por reforma recentemente, o prédio da escola vem apresentando diversos percalços, primeiro pela falta de conclusão da reforma e, segundo, pela fragilidade do que já foi entregue. A escola, atualmente, atende cerca de 1.200 estudantes nos três turnos de funcionamento, sendo um importante centro educacional do município, e é inadmissível que tenha suas atividades suspensas nos dias de chuva por conta de alagamentos e outros problemas de estrutura. De acordo com

informações encaminhadas pela direção, na última visita da SED à escola, foi estabelecido como prazo para entrega da obra o dia 31 de outubro de 2024, ocasião em que também ficou acordada a construção de uma quadra de areia. Entretanto, nada do que foi acordado aconteceu e, desde janeiro deste ano, não há trabalhadores atuando na reforma. Dessa forma, solicitamos da Secretaria de Educação uma resposta acerca da conclusão da obra e principalmente medidas urgentes para finalizá-la. Então há uma série de providências a serem adotadas para diminuir o transtorno pelo qual a escola vem passando — tudo em função da não conclusão da sua reforma geral, que, repito, começou em 2023. Era o que tinha, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado João Henrique, no Pequeno Expediente. Passo a presidência ao vice-presidente, deputado Renato Câmara, e assumo a primeira-secretaria.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, quero apresentar aqui um moção de congratulação e de aplauso ao Batalhão de Choque da Polícia Militar, que, se aprovada, deverá ter a seguinte redação. "O deputado estadual João Henrique, no exercício de suas atribuições parlamentares e em nome da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, apresenta esta moção de aplausos ao Batalhão de Choque da Polícia Militar, ao Comando-Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública em reconhecimento pelo profissionalismo, dedicação e eficiência demonstrados na operação realizada no dia 27 de abril, no distrito do Panambi, município de Dourados, para a desocupação de área ocupada por integrantes dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E quero dizer, senhor presidente, que precisamos neste país começar a estudar a revisão de alguns aspectos interessantes. O Brasil talvez seja o único país onde a propriedade de um cidadão, havida dentro da lei civil (que são o Código Civil e a Constituição Federal), tem o dever de exercer uma *função social* a terceiros. Isto é um absurdo! O direito de propriedade é ilimitado. Condicionar a existência de uma propriedade ao cumprimento de uma finalidade social, isto foi inventado pela revolução socialista, marxista. Isto limita o direito de propriedade. Então nós temos de começar a debater esse tema e perceber, deputado Renato Câmara, as reais implicações da questão. Saiu uma decisão agora do Supremo Tribunal Federal determinando a expropriação, deputado Coronel David, das áreas rurais onde ocorrer incêndio irregular! Então percebam, agora é só eles começarem falar que é irregular, que é ilegal, que contraria a lei, e já começam a expropriar a propriedade. E nós alertamos sobre isso na eleição de 2022, quando se dizia, deputado Coronel David, que era impossível, que era um direito inalienável. Então nós temos de começar a ficar alertas, principalmente para o que acontece no Pantanal, onde o boi é o maior bombeiro. E para que o gado aumente, precisa diminuir a massa vegetal, e isto se faz com queimadas. O povo pantaneiro precisa queimar sua área

no momento adequado, que é isso que vai fazer a limpeza do pasto, vai diminuir a massa — e não é justo expropriar a propriedade daqueles que lutaram a vida inteira para ter um pedaço de terra, sob argumentos partejados em convescotes judiciais escusos.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Concede um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permito, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Esta é a "República do Proletariado", e eu gostaria, deputado João Henrique...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Um momentinho. Deputado Coronel David, eh...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu posso falar?!... la só pedir ao deputado João Henrique para assinar a moção...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Autorização concedida.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Será que isso eu não posso mais fazer aqui? Até aqui vocês vão querer nos calar, oh, Zeca do PT?!...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Consinto com o maior prazer que Vossa Excelência subscreva comigo a moção, e se tivesse mais tempo, cedê-lo-ia regimentalmente a Vossa Excelência, mas infelizmente excedi-me no tempo. Obrigado.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Deputado João Henrique, eu também gostaria de assinar com Vossa Excelência... Mas eu não entendo, sempre foi permitido aparte, assinatura em conjunto e agora o PT quer calar os membros do PL. Não entendo por que essa perseguição!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço o apoio da bancada liberal, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, primeiramente quero apresentar verbalmente uma moção de repúdio, pela ação grosseira, agressiva, selvagem, inconcebível perpetrada pela Polícia Militar do estado contra indefesos trabalhadores, homens, mulheres e crianças que pacificamente lutavam pelo seu direito à terra, num país absolutamente desigual, com uma brutal concentração de terras, de riqueza nas mãos de poucos. Lutar por um pedaço de terra para produzir o alimento que o agronegócio não produz, neste estado selvagem, infelizmente passou a ser caso de polícia, Pedro Kemp.



Portanto eu apresento, senhor presidente, de viva voz, moção de repúdio à Polícia Militar e àqueles que autorizaram essa brutal ação, e, segundo informações, sem ordem judicial. Portanto fica registrada aqui a minha moção para ser votada pelo pleno desta Casa. Em segundo lugar, senhor presidente, encaminho uma indicação deste Poder à senhora prefeita do município de Bodoquena, Girleide Rovari, solicitando a indicação de uma área dentro do perímetro urbano do município de Bodoquena, visando à criação de um conjunto habitacional, para atender às necessidades de moradia digna para os indígenas da etnia Kadiwéu que residem atualmente cidade de Bodoquena, de modo que eles possam manter as tradições culturais de sua etnia, ao mesmo tempo que se integram à vida urbana local. Indicação. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais e após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com cópia ao ministro de Estado do Esporte, senhor André Luiz Carvalho Ribeiro, solicitando a construção, através de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula, de centros esportivos comunitários para atender às necessidades de acesso a esporte e lazer das famílias que residem nos assentamentos Água Viva, Vitória da Fronteira e Santa Renata, localizados no município de Tacuru. É isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Continuando no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Whashington Willeman de Souza, diretor-presidente da Agraer, solicitando a viabilização de uma pá carregadeira, com plaina dianteira, concha e lâmina, para atender a Associação dos Produtores Rurais do assentamento Esperança, no município de Anaurilândia. A proposta em questão visa a atender a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo vereador Roney Pardini, do Republicanos. A referida máquina é de extrema importância para a realização de serviços essenciais, como abertura e manutenção de estradas vicinais, preparo de solo, limpeza de áreas produtivas, construção e recuperação de curvas de nível, além do carregamento e transporte de materiais diversos utilizados na produção rural. A ausência desse equipamento tem dificultado o desenvolvimento das atividades produtivas da comunidade, impactando diretamente na logística do escoamento da produção e na qualidade de vida das famílias assentadas. Reforçamos que a presente solicitação visa a garantir melhores condições de trabalho aos pequenos produtores e fortalecer a agricultura familiar, o que contribuirá para o desenvolvimento econômico e social do assentamento. Indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor

Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Paulo Ricardo Martins Nuñez, diretor-presidente da Fundesporte, solicitando a implantação de um sistema de iluminação no campo de futebol no bairro Previsul, localizado entre a rua Nossa Senhora do Carmo e a rua São Paulo, município de Corumbá. A proposta em questão atende a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pela vereadora Nanah Cordeiro, do Republicanos. A referida quadra é um importante espaço de lazer, de convivência e prática esportiva para os moradores da comunidade, especialmente para crianças, adolescentes e jovens que utilizam o local no período da noite. Atualmente, a ausência de iluminação adequada impossibilita o uso da quadra após o anoitecer, o que limita as atividades recreativas e esportivas da população, além de comprometer a segurança dos usuários. A implantação de iluminação nesse espaço contribuirá significativamente para o bem-estar da comunidade, incentivando a prática de esportes, promovendo saúde e integração social, além de aumentar a segurança no local. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas e aos presentes à sessão. Primeiramente apresento um projeto de lei que declara de utilidade pública estadual o Instituto Internacional de Culturas Afro-Brasileira e Indígena (Incai), com sede e foro no município de Ponta Porã, entidade de grande relevância para a promoção da equidade racial e dos direitos humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e de outras formas de discriminação, bem como consolidação da cidadania e do direito das populações negra e indígena. Por último, apresento uma indicação direcionada ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, com cópia à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira, solicitando que se proceda estudos para a construção de uma calçada em torno da Escola Municipal Rachid Saldanha Derzi, no Jardim Noroeste, nesta Capital. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Agradecemos a presença do vereador Mateus de Souza Oliveira, do município de Douradina; do vereador Adilson da Silva Miranda, de Aral Moreira; e da vereadora Graci Schutz, também de Aral Moreira. Sejam bem-vindos. Com a palavra, o deputado Pedro Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito bom dia, senhor presidente, trago algumas indicações hoje. Indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, doutora

Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, para que promova os estudos e levantamentos necessários para expansão e adequações necessárias ao programa "Cuidar de Quem Cuida", instituído pela Lei nº 6.128, de 31 de outubro de 2023. Justificativa. A presente demanda decorre de pleitos apresentados pelas mães atípicas nos trabalhos da Comissão de Acompanhamento instituída nesta Casa Legislativa, notadamente quanto às limitações de renda *per capita* e ao recebimento de outros benefícios sociais, inclusive os administrados pelo Governo Federal, além dos demais requisitos do programa "Cuidar de Quem Cuida", para que o referido benefício possa alcançar um número maior de mães e pessoas em situação de vulnerabilidade, corrigindo distorções apontadas pelas mães atípicas e cuidadoras de pessoas com deficiência. Além disso, senhor presidente, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o Plenário, que seja encaminhada moção de pesar pelo falecimento de Kassiana de Vasconcelos Wanderley, ocorrido no dia 25 do corrente mês em Campo Grande. Justificativa. Kassiana de Vasconcelos Wanderley, filha de Rosa Alice Vasconcelos e Luiz Francisco Wanderley, foi uma profissional dedicada e exemplo de amor ao próximo. Formada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em 2018, possuía especializações em transtornos alimentares, obesidade e cirurgia bariátrica, e em Psicologia Escolar e Educacional. No Cras e no Centro de Convivência de Idosos, exerceu sua missão com amor, sensibilidade e respeito, promovendo o bem-estar emocional e social de idosos e de famílias em situação de vulnerabilidade. Seu olhar atento, sua escuta acolhedora e sua dedicação incansável permanecerão vivos na memória de todos os que tiveram o privilégio de conhecê-la. Enviamos nosso pesar, nosso fraterno abraço aos familiares e amigos, desejando que Deus os conforte neste momento doloroso. Indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, senhor Marcelo Miglioli, e ao secretário municipal de Obras de Nova Alvorada do Sul, senhor Aldorindo Medeiros Terra, para que promovam a manutenção das estradas vicinais de acesso à Escola Municipal Onira Santos Rosa, localizada na zona rural do município de Campo Grande. Justificativa. A Escola Municipal Professora Onira Santos Rosa, localizada na zona rural de Campo Grande, a 192 quilômetros do centro da cidade, é atendida pelo transporte escolar de ambos os municípios, sendo que as estradas vicinais de acesso encontram-se em situação precária, precisando urgentemente de obras de encascalhamento e patrolamento para viabilizar o transporte escolar regular dos alunos dessa região. Por último, senhor presidente, registro um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 173, XX, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, Coronel Renato Garnes, para que disponibilize uma viatura para o município de Nova Alvorada do Sul. Trata-se de uma demanda que nos foi

encaminhada pelo vereador Nélio Justen, do PSDB, que informou o aumento do efetivo da Polícia Militar para o município de Nova Alvorada, solicitando a disponibilização de uma viatura, para que esse reforço possa ser melhor aproveitado, com maior eficiência nos trabalhos de segurança pública no município e região. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem concedida.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Apenas para informar àqueles que estão acompanhando os trabalhos da Comissão Especial de Acompanhamento das Mães Atípicas de Mato Grosso do Sul. Fizemos nossa última reunião semana passada para tratar do tema, quando contamos com a presença da doutora secretária Patrícia Cozzolino. Na ocasião muitas mães relataram a exclusão desse programa ou a dificuldade de enquadramento nele, a despeito das bem-vindas alterações que o governador Eduardo Riedel mandou para esta Casa permitindo a cumulatividade do "Cuidar de Quem Cuida" com o benefício de prestação continuada, e também com outros programas de caráter estadual, como o "MS Supera", que era muito bem-vindo. O que acontece? Existem casos de algumas mães atípicas que possuem o "Cuidar de Quem Cuida" (que é um benefício para a mãe, é para cuidar *de quem cuida*, não do tutelado); na verdade o termo certo, em vez de *mãe*, deveria ser *cuidador*, mais abrangente, quem sabe *pais atípicos*... Então esse programa é extremamente importante, mas muitas dessas mães estão hoje impedidas de dele fruir, pois muitas vezes a mãe já é beneficiária de outros programas. Assim, por exemplo, há mães que têm dois BPCs [Benefício de Prestação Continuada] porque têm dois filhos com deficiência. O programa permite a cumulatividade, porém, como a renda *per capita* dessa família, com o que ela recebe do "Cuidar de Quem Cuida", mais dos dois benefícios de prestação continuada, excede o valor mínimo, que salvo engano é de um quarto do salário mínimo, essa família fica excluída — o que é um absurdo. Ora, uma mãe que tenha duas crianças com deficiência, ela naturalmente precisa de dois benefícios de prestação continuada; e é razoável que essa mãe também receba o "Cuidar de Quem Cuida" para que ela possa cuidar... *dela*. Nós então conversamos com a doutora Patrícia, ela entendeu a necessidade dizendo-nos que vai fazer um cruzamento dos dados para apresentar novas regras, um novo enquadramento, para eventualmente subir esse patamar para 1/4 ou mesmo 1/2 do salário mínimo, ou para outro valor que faça mais sentido, um valor que nos permita incluir mais mães, mais famílias beneficiárias nesse programa. Vamos agendar uma nova reunião com a maior brevidade possível, dada a urgência e a importância do tema. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Coronel David.



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, em breve entrego à Mesa Diretora uma nota de repúdio que faremos contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que ontem bloquearam a rodovia 060, causando transtornos de toda ordem. Essa ação criminosa, senhor presidente, representa uma violação frontal ao direito constitucional de ir e vir, assegurado a todos os brasileiros. Esse bloqueio de ontem, próximo à cidade de Sidrolândia, causou prejuízos de ordem econômica, social...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem... Apenas por reciprocidade, quero assinar junto com Vossa Excelência a moção, extremamente apropositada.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para mim é uma honra assinar essa moção, considerando que Vossa Excelência já foi inclusive comandante-geral da Polícia Militar. Quero assinar, nos termos regimentais que me autorizam.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pode aparte agora?!...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — É uma manifestação de assinatura, deputado Zeca.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — É uma diferença danada entre direita e esquerda aqui nesta Casa! Quando a gente faz, senhor presidente, uma moção de repúdio contra o criminoso movimento dos sem-terra, o PT vem aqui e apresenta uma moção de repúdio contra a Polícia Militar, que tanto faz pela segurança do cidadão sul-mato-grossense... Mas, senhor presidente, só para encerrar....

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Eu gostaria de acompanhar Vossa Excelência nessa moção, quero assinar também.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Muito obrigado

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — E queria dizer, presidente, que não entendo essa manifestação do deputado Zeca: sempre foi permitido pedir aparte para assinar em conjunto. Ele quer segurar, quer mudar uma prática que sempre aconteceu aqui?!... Eu não entendo essas manifestações do PT, é sempre contra o PL, essa perseguição. Eu acho que isso aí é a iminência da derrota. Obrigado, deputado Coronel David.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.



DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Apenas para manifestar a minha intenção de assinar em conjunto com o PL.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado. Senhor presidente, nós defendemos (e concluo) a livre manifestação, mas desde que essa livre manifestação não cause transtornos a quem quer que seja. E essa forma de se expressar utilizada pelo MST afetou frontalmente o direito de muitos, que se viram impedidos de seguir viagem e, por isso, tiveram prejuízos de toda ordem. Então, senhor presidente, pretendo ir além da nota de repúdio, vou mandar um ofício desta Casa para o Dnit e também para a Polícia Rodoviária Federal para que, em casos de bloqueio em rodovia federal, onde a PM não tem competência para fazer o desbloqueio, que seja então permitida pelo Dnit, pela PRF, a atuação do Batalhão de Choque. Se a minha sugestão já estivesse valendo, eu tenho certeza, senhor presidente, que esse bloqueio que ontem durou várias horas, acabaria em cinco minutos, devolvendo aos usuários da rodovia o seu direito de por ela transitar de forma livre, e sem nenhum tipo de ocorrência criminosa. Só isso, senhor presidente.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PMDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PMDB) — Também gostaria de assinar a proposição do deputado Coronel David.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu gostaria de perguntar ao Coronel David se a proposta dele deveria ter valido também para quando os bolsonaristas fecharam as rodovias, para quando foram para a frente dos quartéis, se nesse caso a PM deveria também ter agido contra aquelas pessoas que estavam trabalhando contra a democracia.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Acaba de falar, pela ordem, a deputada Gleice Jane, agora fala, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Se me permite, deputada Gleice, com todo o respeito, a senhora é muito nova aqui na Assembleia Legislativa e talvez não seja do seu conhecimento: a Polícia Militar age embasada na legalidade!

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — E aquilo tinha legalidade?!...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Vai me deixar falar?



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — ...aquela bandalheira na frente do quartel?!...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Deputado Zeca, peça pela ordem, por favor. Esta presidência vai assegurar a palavra aos nobres deputados. Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, só para deixar claro que a Polícia Militar não é política, isto eu, que dela fui comandante-geral, posso assegurar. A PM age dentro da legalidade. Viu, deputada Gleice Jane, nós não somos um bando, como a senhora quer dar a entender quando se refere à minha instituição.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, tem a palavra o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero dizer para ele que esse negócio de legalidade é lero, é balela. Ficaram quatro meses acampados lá fazendo baderna, fazendeiros inclusive, todo mundo sabe quem, levando carne, fazendo churrascada, enchendo o saco da população, querendo golpe de Estado... e a droga — é uma *droga!* — , a droga da polícia fez o quê? Absolutamente nada. Porque não havia a ordem. Ordem de quem? Do Governo do Estado. Esta é a verdade. Queriam o golpe militar, queriam invadir as instituições da República.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente,...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu não posso admitir que um deputado que já foi governador se refira à Polícia Militar como droga. Droga é esse partido que ele representa aqui! Eu não admito! Não admito que pessoa nenhuma venha aqui dizer que a Polícia Militar é uma droga. Droga é o senhor!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Abaixo as drogas!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, é triste ver o desrespeito de alguns colegas para com as instituições, com as forças de segurança do nosso estado, do nosso do país... Mas eu queria fazer uma ponderação acerca da fala da deputada Gleice.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, presidente. Pela ordem, senhor presidente!!... Nós temos o Grande Expediente nesta Casa para fazer debate! Este não é o horário de fazer debate, agora é para apresentar indicação, requerimento e projeto de lei.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Presidente, tem que assegurar a fala! Eles todos se pronunciaram, agora vão nos barrar?! Está errado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu gostaria que Vossa Excelência observasse o que diz Regimento Interno.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ...debate é no Grande Expediente...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Presidente, eu gostaria que o senhor assegurasse a palavra ao deputado João Henrique.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Por favor, assegure a palavra, presidente!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Estou assegurando a palavra, pelo Regimento Interno, pela ordem, ao deputado. Quando pede *pela* ordem, o deputado tem a palavra assegurada; agora, o que não podemos é ter um debate aberto, dois, três falando ao mesmo tempo: temos de entender que estamos no Pequeno Expediente. Eu acho que uma manifestação com mais profundidade poderia ser feita no Grande Expediente, imediatamente agora depois do Pequeno Expediente... Pela ordem, com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, senhor presidente, por garantir minha fala, meu tempo regimental. Eu queria rebater a deputada Gleice dizendo a ela que os manifestantes que foram às ruas, que ocuparam canteiros, espaços públicos, eles o fizeram para se manifestar, eles não jogaram lixo no chão. E, sim, levaram carne, deputado Zeca, não roubaram carne de ninguém, não expropriaram a propriedade privada; manifestaram-se com muito mais ordem e organização do que vários movimentos de esquerda, depredadores de patrimônio público inclusive. E nunca aconteceu com esses manifestantes da esquerda 1% do que se passou com aqueles (alguns, é verdade, infelizmente se excederam, depredaram patrimônio público). Então, que se meça tanto esquerda quanto direita pela mesma régua, deputada Gleice, a régua da Constituição, a régua do Código Penal. O proprietário que está dentro da sua fazenda, ele só quer algo que todo mundo quer, que é o direito, a Constituição, o respeito às leis, à norma. Foi isto que a Polícia Militar foi proteger: a propriedade privada. Não tem cabimento comparação tão inadequada como essa. Ninguém que estava nas ruas, no final de 2022 e início de

2023, estava ali explorando, tomando para si o bem alheio, em nenhum momento foi isso: foi uma manifestação legítima, pacífica, pedindo o restabelecimento da ordem. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Oh, senhor presidente!

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, isso aqui não é pela ordem!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu estou inscrito no Pequeno Expediente.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — O deputado Pedro Kemp acabou de falar uma coisa e agora vai discordar de si mesmo... Se você quer falar, fale no Grande Expediente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Primeiro eu quero, primeiro eu quero...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Vou colocar ordem no pela ordem. O último pela ordem é do deputado Pedro Kemp. Depois ainda continuamos no Pequeno Expediente, e aí fala o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pedi pela ordem anteriormente e gostaria de ser respeitada.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem pra quê?! para falar de novo sobre esse tema?... Está errado, senhor presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Então, mas o seu colega de partido fez um discurso aqui, deputado!!

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — O meu colega fez um discurso, e bem feito.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Esse pela ordem foi um discurso! e não foi *bem feito*, não!

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Ele não questionou.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Presidente...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp, que ainda não teve a palavra assegurada.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente, eu fui citada e quero meu direito de resposta.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Não é questão de ordem, senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Vamos assegurar a palavra ao deputado Pedro Kemp, e vamos assegurar também um pela ordem para cada deputado que quiser falar.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Deixe-o falar no Grande Expediente!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor está me impedindo de falar?!...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Eu estou inscrito no Pequeno Expediente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É o PT que é autoritário? O seu partido deixou uma ditadura!

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, pela ordem.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, eu estou inscrito e quero ler meu expediente

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Está errado, presidente!

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Nós temos o Grande Expediente justamente para discutir, senhor presidente!

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Ele não tem que falar! Não é pela ordem!



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu pedi pela ordem.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente, eu acho que precisa pôr ordem, garantir a ordem.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Não é pela ordem, senhor presidente! Não é pela ordem.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu pedi pela ordem, primeiro.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu também pedi pela ordem primeiro.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente...

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, está errado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Primeiro... Deputado, escute agora! seja educado, escute.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Você falou que estava errado, agora vai cometer o erro!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não vou.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Vai fazer o erro, sim!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu estou pedindo pela ordem.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Você falou que não se estava cumprindo o Regimento e agora você mesmo vai descumprir?!...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu vou falar pela ordem!

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Não! Está errado!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Escuta!... eu nem falei.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, assim todo mundo vai querer falar pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Vamos suspender a sessão por três minutos. Está suspensa. Vamos retomar a sessão [10h10]. Continuando no Pequeno Expediente (depois continuamos o debate no Grande Expediente), com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, demais membros da Mesa Diretora, demais colegas, deputadas, a quem nos

acompanha pela TV e Rádio Alems: senhoras e senhores. Com a permissão dos colegas, gostaria de apresentar duas indicações. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, com cópia autônoma ao senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, diretor-presidente da Agesul, solicitando a restauração asfáltica da MS-473, no trecho que liga Nova Andradina a Taquarussu, que está repleto de buracos. No período de 8 a 11 de maio teremos, na região, a 34ª Festa do Peão, e é preocupante o estado em que se encontra essa rodovia que dará acesso a uma festa que é tradicional no Vale do Ivinhema. De modo que urge mobilizar o serviço da Operação Tapa-Buracos, visto que não se fez o trabalho preventivo necessário para que a rodovia estivesse protegida quando sobreviesse o período de chuvas — que graças a Deus está acontecendo agora. A outra indicação é no mesmo sentido, para solicitar a recuperação da rodovia que liga Nova Andradina a Casa Verde. Eu passo ali toda semana, na ida e na volta. A rodovia, construída sobre uma plataforma de doze metros, foi concluída em 1980; depois passou por um grande trabalho de recuperação, de restauração, ocasião em que se lhe fez a reciclagem. Atualmente, porém, essa rodovia apresenta buracos e inúmeros borrachudos; inclusive recentemente foi implantada ali a sinalização horizontal, ou seja, pintaram-se as faixas... Numa rodovia que tem buraco e borrachudo, isso é muito perigoso, pois dá ao motorista a falsa sensação de que ela foi restaurada e ela não está restaurada: basta acelerar um pouquinho mais e corre-se o risco de sofrer um acidente. E essa rodovia, que tem doze metros de plataforma, tem de ambos os lados um acostamento de 2,5 metros de largura (a pista, sete metros). Pois agora essa rodovia, que foi feita, diga-se de passagem, com muita qualidade — com regularização da terraplanagem, sub-base, base de cascalho —, está com seus acostamentos sofrendo um processo erosivo, totalmente tomados pela braquiária, o que com certeza está comprometendo o patrimônio público. Então é urgente que o Governo do Estado tome providências, em ambas as rodovias, tão importantes para o Vale do Ivinhema. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Meus cumprimentos, senhor presidente, senhores deputados, público presente, quem nos assiste pela TV Assembleia, imprensa. Senhor presidente, faço uso da palavra no Pequeno Expediente — assim como determina o Regimento Interno! — apenas para apresentar as indicações e proposições, não para ficar discutindo as coisas pela ordem... Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Nacir Gomes Proença, falecido a 7 de março do corrente ano (nascido a 2 de dezembro de 1977). Foi

vereador com destacada atuação na Câmara Municipal de Coxim, foi também vice-prefeito do município... Registro também um projeto de decreto legislativo, que "declara o carnaval de Campo Grande como patrimônio imaterial e cultural de Mato Grosso do Sul". Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao senhor Lupércio de Jerônimo Lúcio, delegado-geral de Polícia Civil, solicitando melhorias nas instalações prediais e aumento do efetivo policial da Delegacia de Polícia Civil do município de Anaurilândia, em atenção ao pedido formulado pela vereadora Jéssica dos Santos Pereira, conforme ofício encaminhado ao gabinete (cópia anexa). Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental e após a manifestação do colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, e ao senhor Guilherme Alcântara Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, por cópias autônomas, solicitando estudos de viabilidade técnica para a construção de um trevo na MS-436, no entroncamento desta com a MS-424, no município de Alcinópolis; em atendimento a uma solicitação do senhor Wellington da Silva Guimarães, prefeito do município. Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor governador Eduardo Corrêa Riedel, ao senhor Guilherme Alcântara Carvalho, por cópias autônomas, solicitando estudo de viabilidade para a estadualização do trecho de 33 quilômetros da estrada municipal de Alcinópolis que se inicia na MS-436 e vai até a MS-217, que dá acesso ao Templo dos Pilares, chegando próximo à divisa do Estado de Mato Grosso; em atendimento ao pedido do prefeito Weliton da Silva Guimarães e também da Câmara Municipal de Vereadores do município. Indicação. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, reiterando, indicação anterior, solicitando instalação de sinalização semafórica no cruzamento da rua das Balsas com a avenida Prefeito Heráclito Diniz de Figueiredo, no bairro Estrela do Sul, nesta Capital. Por último, senhor presidente, registro uma indicação endereçada ao senhor Guilherme Alcântara Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Rudel Espíndola Trindade Junior, diretor-presidente do Detran, por cópias autônomas, solicitando a implantação de radar de velocidade no trecho da MS-223 que vai da entrada da Pedreira Basalto até o Bar do Izaltino, no município de Costa Rica. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.



DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Muito bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Renato Câmara. Muito bom dia, nobres pares, muito bom dia àqueles que nos honram com a sua presença neste plenário e também a quem nos assiste pela TV Assembleia. Meus cumprimentos ao Nei Santana, da minha cidade de Iguatemi, que se faz presente neste plenário. Indicação. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente do Detran, senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando a realização de estudos para a reforma geral do prédio da sede da Agência de Trânsito de Douradina. Esta indicação responde a um legítimo anseio da população douradinense, que há longo tempo solicita melhorias na infraestrutura da agência local do Detran, em razão das condições precárias que vêm comprometendo o atendimento e o funcionamento da unidade (com a devida justificativa anexa). Indicação. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário do Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a realização de estudos técnicos para a recuperação de toda a extensão das rodovias MS-180 e MS-295 (antiga Guará-Porã), no trecho que vai de Eldorado até Ponta Porã, passando pelo município de Iguatemi. A presente solicitação é oriunda do Ofício nº 063/2025, enviado pelos vereadores da Câmara Municipal de Amambai, que ao longo da última década têm acompanhado de forma atenta e constante as dificuldades enfrentadas pela população local com relação à infraestrutura rodoviária de toda a região (com a devida justificativa anexa). Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, eu peço permissão a Vossa Excelência para ler aqui da mesa.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Permissão concedida.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu gostaria de cumprimentar a todos os colegas, a todos os senhores e senhoras que prestigiam esta sessão. Registro uma moção de pesar aos familiares de um amigo, de um irmão que congregava na mesma comunidade religiosa que eu, a Igreja Comunidade Global aqui de Campo Grande. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar à senhora Priscila Coelho, em decorrência do falecimento do seu esposo, o senhor Wilson Coelho Neto, ocorrido no dia 26 de abril de 2025, em Gavião Peixoto, São Paulo. A moção de pesar deve ser redigida

nos seguintes termos. "O Parlamento sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado Professor Rinaldo Modesto, lamenta com profundo pesar o falecimento de Wilson Coelho Neto, empresário amplamente conhecido em Campo Grande, ocorrido durante um evento automobilístico em Gavião Peixoto, no interior de São Paulo. Neto, como era conhecido, apaixonado por velocidade e respeitado por sua atuação no setor do agronegócio, pertencendo a uma tradicional família sul-mato-grossense, sendo bisneto de Laucídio Coelho, era uma referência na história nacional. Sua partida precoce causou grande comoção nas redes sociais, onde amigos, autoridades e outras figuras públicas deixaram registradas suas manifestações de carinho. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, pesarosa, posto resignada com a vontade de Deus, almeja que a compaixão divina esteja nos corações dos familiares, que conviveram com esse pai, marido dedicado, homem de fé, que exalava o bom perfume de Cristo. Deixa ele um legado de amor pela família, paixão pelo automobilismo e um acervo riquíssimo de exemplos dignificantes." Eis a moção que apresento, senhor presidente. Era um grande amigo, deputado Zeca, pessoa com quem convivíamos, na mesma célula, apaixonado por gente, e que neste final de semana estaria viajando para Israel com mais de quarenta pessoas da Igreja onde congrego, mas que infelizmente perdeu a vida, aos 48 anos, nesse acidente automobilístico. Que Deus abençoe os familiares e amigos que tiveram o privilégio de com ele conviver, como eu. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente, bom dia, nobres deputados, bom dia a todos que estão aqui nesta Casa de Leis. Eu trago um projeto de lei que denomina de 'Luiz Otávio Carneiro' a rodovia MS-228 nos trechos entre a fazenda Firme e a entrada da MS-184, na Curva do Leque, e deste ponto até o Porto da Manga, ambos os trechos no município de Corumbá. Luiz Otávio Augusto Barbosa Carneiro, mais conhecido como Luiz Otávio Carneiro, natural de Corumbá, nascido em 12 de outubro de 1957, filho de Otávio Augusto Barbosa Carneiro e Rosália Mariano Horta Barbosa Carneiro, faleceu em 15 de janeiro do corrente ano. Tendo-se criado na região da Nhecolândia e tendo sido médico veterinário por profissão, foi produtor rural, empreendedor no comércio, tendo ativamente participado da associação de produtores rurais, gerenciando fazendas, prestando assessoria agropecuária e atuando como leiloeiro rural; e, por fim, com grande satisfação e comprometimento, colaborou com a realização de leilões feitos na Curva do Leque, na fazenda Novo Horizonte, lá em Nhecolândia. Sempre foi um apaixonado estudioso e conhecedor do Pantanal, do homem pantaneiro, de seus costumes e tradições. Tem em sua árvore genealógica o fundador de Nhecolândia, Joaquim Eugênio Gomes da Silva, seu trisavô, vulgo "Nheco", um dos principais colonizadores do Pantanal Sul. Luiz

Otávio fez a rota pantaneira cavalgada por seu trisavô 132 anos atrás, cavalgando pelo Pantanal: foram quarenta dias de cavalgada solitária, mas com muita curiosidade e vontade de vivenciar um pouco da história de seus antepassados. Em 22 de dezembro de 2012, chega às terras da fazenda Firme, vindo a se tornar um grande divulgador do Pantanal, do seu povo e de suas tradições. Na TV Record, Carneiro apresentou o programa Ações Pantaneiras, exibido no Agro Brasil, entre 2015 e 2020. Em abril de 2024, fez sua última reportagem especial, veiculada no Agro Brasil e na TV MS Record, sobre a inauguração e divulgação do Núcleo do Cavalo Pantaneiro. Grande homem, admirador da história pantaneira e apaixonado por essas terras, contribuiu imensamente para divulgar o Pantanal ao redor do mundo, deixando um legado para as gerações futuras... Faço também alguns registros. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente de requerimento de informações desta Casa de Leis ao senhor secretário municipal de Infraestrutura de Campo Grande, Edinei Marcelo Miglioli, com cópia à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, para que no prazo de quinze dias, a contar do recebimento do presente, informe (com base em solicitação de moradores e da presidência dos bairros Aquarius I e II): quanto à possibilidade da pavimentação asfáltica e drenagem das linhas de ônibus de ambos os bairros citados, principalmente nas ruas Felipe Safadi Nogueira, Albino Pedro e Praia Grande; em caso positivo, informar a data em que a obra será executada; em caso negativo, justificar a impossibilidade de sua realização. Tenho também uma indicação, endereçada à Agetran de Campo Grande, solicitando estudo de viabilidade para a implantação de uma faixa elevada em frente ao Centro de Educação Infantil e Ensino Fundamental, na avenida Rodolfo José Pinho, defronte ao número 1386, Jardim São Bento. Outra indicação, esta também direcionada ao senhor Marcelo Miglioli, solicitando, em caráter de urgência, a manutenção na iluminação pública na Praça do Panamá, na rua Sagarana com a Jacundá e rua João Pires de Oliveira, no Jardim Panamá, nesta Capital. Finalizando, registro mais uma indicação, também ao secretário Miglioli, solicitando, em caráter prioritário, a poda das árvores próximo à Escola Maple Bear, na avenida Rodolfo José Pinho, em frente ao número 1386. Somente isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, bom dia aos nobres pares e aos que estão aqui no plenário assistindo a esta sessão, e aos que nos veem pela TV Assembleia. Eu tenho uma moção de pesar a ser encaminhada aos familiares do jovem Luís Enrique Ojeda, conhecido carinhosamente como "Ojedinha", por seu prematuro falecimento ocorrido no dia 25 de abril do corrente ano, no município de Campo Grande. Após aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada Mara Caseiro, manifesta seu mais profundo pesar pelo prematuro falecimento do jovem Luís Enrique Ojeda, carinhosamente conhecido como "Ojedinha", ocorrido no dia 25 de abril de 2025, aos 35 anos, em Campo Grande. Luis Enrique Ojeda trabalhou inclusive no meu gabinete, em 2021 e 2022; foi candidato a vereador em Campo Grande e ocupou o cargo de assessor-chefe na Secretaria Municipal Especial de Articulação Regional da Capital. Sua partida precoce deixa uma lacuna irreparável entre amigos, familiares e toda a comunidade que teve o privilégio de com ele conviver. Homem de carisma singular, espírito solidário e compromisso com o bem comum, Ojedinha foi um pai amoroso, um filho dedicado e um jovem sonhador. Seu sorriso contagiante e seu coração afetuoso marcaram a vida de todos que com ele conviveram. Ojedinha era um menino de enorme carisma, sempre pronto a ajudar o próximo, porém não conseguiu ajudar a si próprio. Então, que fique o alerta para os nossos jovens, para aquelas pessoas que muitas vezes procuram um caminho que não é bom: que procurem ouvir a família, os amigos, para que realmente consigam trilhar por caminhos que não os levem ao fundo do poço.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Permite um aparte, deputada?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Permito, sim, deputado Lidio.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Gostaria de assinar essa moção de pesar juntamente com Vossa Excelência, tendo em vista que eu conhecia o Ojedinha, tentei várias formas ajudá-lo... mas essa fase depressiva não é fácil. Esta semana, inclusive, eu perdi dois amigos, levados pelo suicídio... A propósito, no mês de julho estarei trazendo para cá um evento da Unale, evento nacional, sobre depressão, automutilação e suicídio, para que possamos cada vez mais enfrentar esse grave problema. Muito obrigado.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigado, deputado Lidio. Então, fica aqui aos familiares do Ojedinha, aos amigos, a todos que hoje sofrem com a sua partida, as nossas sinceras condolências, desejando que encontrem conforto e serenidade nesse momento de dor. Que o Ojedinha possa encontrar a paz nos braços de Deus Pai, Todo-Poderoso, que a todos acolhe. Infelizmente nos últimos anos Ojedinha vinha tendo uma vida difícil neste plano... O professor Rinaldo me acena agora, ele vai assinar também a moção; obrigada, Professor Rinaldo; também o deputado Zé Teixeira. Tenho também, senhor presidente, uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, com fundamento no artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno desta Casa de Leis, que após ouvido o colendo Plenário, seja encaminhada moção de congratulação à equipe da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul composta pelo cabo PM Everaldo Brizuela Froes e pelo soldado PM Jose Joaquim Amorim Junior, lotados no 1º Batalhão da Polícia Militar, pela bravura e heroísmo por eles demonstrados no resgate de uma família presa numa correnteza formada por uma

enxurrada, durante o forte temporal que ocorreu em Campo Grande no último dia 24 de abril. Graças à rápida e eficiente atuação da equipe, um idoso, uma mulher e uma criança foram resgatados, evitando-se assim uma tragédia. Após aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos. "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada Mara Caseiro, manifesta, por meio desta moção de congratulação, seu mais profundo reconhecimento e apreço à competente equipe da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul composta pelo cabo PM Everaldo Brizuela Froes e pelo soldado PM Jose Joaquim Amorim Junior, lotados no 1º Batalhão da Polícia Militar, pela bravura, dedicação e heroísmo com que se houveram na operação de salvamento e resgate de uma família presa numa correnteza formada por uma enxurrada durante o forte temporal ocorrido em Campo Grande no dia 24 de abril de 2025." Também, senhor presidente, tenho uma indicação a ser enviada ao governador do estado, ao secretário de Infraestrutura e também ao diretor-presidente da Agesul, solicitando a recuperação em caráter emergencial e a manutenção periódica do trecho da MS-324 que se inicia no córrego Cervo, passando pela fazenda Três Marias, indo até a antiga fazenda Cachoeira, no município de Paraíso das Águas. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Professor Leonardo, da Câmara Municipal de Paraíso das Águas. Tenho ainda mais duas indicações, senhor presidente, mas vou deixá-las sobre a mesa, porque acredito que já estourei o meu tempo de fala. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu acho que nós temos que restabelecer a ordem aqui na sessão. A pessoa vai fazer a leitura do expediente e lê a sua indicação, a justificativa, o endereço e não sei mais o quê, isto sem falar no debate que estão fazendo. Ora, isto aqui vai terminar onze horas e não haverá espaço para o debate, e isso está acontecendo com frequência aqui. Ou restabelecemos a ordem, ou então isso aqui vai virar uma bagunça. Então, o debate é para ser feito no Grande Expediente; daqui a pouco acaba o Grande Expediente e nós vamos debater quando?!... Então eu só queria levantar essa questão, porque está muito longa a leitura das indicações, moções, requerimentos, e aí não sobra tempo para o debate. Era isso que eu queria colocar.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Deputado, apresente essa demanda no Colégio de Líderes, para discutir com todas as bancadas, é um assunto importante para ser debatido. Pela ordem, tem a palavra a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu queria deixar bem claro que procurei respeitar o meu tempo, eu tinha mais duas indicações a fazer que no entanto não li. Não sei se o problema é por eu ser mulher: talvez o colega me tenha olhado misoginamente. Talvez tenha me estendido ali alguns segundos, mas fiz questão de não fazer a leitura de mais duas indicações, em função do tempo. Eu fico muito triste ao ver certas atitudes que parecem tomadas quando quem está falando é uma mulher: parece até que a gente não tem o mesmo direito que os homens.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Senhor, presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: seis indicações (Prot. nºs 01352/2025, 01351/2025, 01350/2025, 1349/2025, 1347/2025, 1348/2025). De autoria do deputado Coronel David: nove indicações (Prot. nºs 01298/2025, 1299/2025, 1300/2025, 01297/2025, 01319/2025, 01320/2025, 01322/2025, 01321/2025, 1318/2025); duas moções de congratulação (Prot. nºs 1359/2025, 1296/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 1295/2025); uma moção de repúdio (Prot. nº 1362/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 1335/2025, 01317/2025). De autoria do deputado João Henrique: duas indicações (Prot. nºs 01346/2025, 1334/2025); um requerimento (Prot. nº 1338/2025); uma moção de aplauso (Prot. nº 1336/2025). De autoria do deputado Caravina: um requerimento (Prot. nº 01313/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: quatro indicações (Prot. nºs 01331/2025, 01330/2025, 01329/2025, 1328/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 01332/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 1337/2025); duas moções de pesar (Prot. nºs 1341/2025, 1340/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: quatro projetos de lei (Prot. nºs 01365/2025, 1364/2025, 1363/2025, 1333/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: duas indicações (Prot. nºs 1353/2025, 01316/2025); um requerimento (Prot. nº 1343/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 1342/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 01358/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 1307/2025, 1306/2025); oito requerimentos (Prot. nºs 1323/2025, 1324/2025, 1301/2025, 1302/2025, 1303/2025, 1304/2025, 1305/2025, 1325/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 1308/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 1326/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 01361/2025, 01360/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 1344/2025, 01345/2025, 1354/2025, 1355/2025, 1356/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de transferir o meu tempo integralmente para o meu querido companheiro e líder deputado Pedro Kemp.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Antes, devido a um lapso desta Presidência, vou conceder a palavra à deputada Gleice Jane, que estava inscrita para falar no Pequeno Expediente.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Antes de mais nada, eu quero lembrar que é a terceira vez que eu, estando inscrita, tenho minha fala ignorada. Então faço o registro que esta é a terceira vez, nesta Casa, que isso acontece. A deputada toca no tema do tratamento por vezes enviesado para com as mulheres, pois então, justamente, eu acho importante haver esse cuidado de reconhecer quando uma mulher está inscrita também... Mas eu venho aqui fazer um requerimento ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Videira, e ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Romão Ávila Júnior, nos seguintes termos. "Considerando as notícias veiculadas, reportando que no último dia 27 de abril cerca de trezentas famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram alvo de operação policial na cidade de Dourados, envolvendo a Polícia Militar, a Tropa de Choque e o Departamento de Operações de Fronteira (DOF); considerando que a operação, que segundo relatos teria sido realizada sem a apresentação de mandado judicial, acarretou a destruição de moradias improvisadas, de roças de subsistência, com o emprego de força policial, inclusive com utilização de balas de borracha e gás lacrimogêneo; considerando que a ocupação ocorreu em área supostamente improdutivo — eu estive lá mais de uma vez, e de fato, é uma área improdutivo —, pertencente à empresa JBS, reivindicada para fins de reforma agrária no contexto da jornada de lutas do Abril Vermelho; considerando ainda a relevância do respeito aos princípios constitucionais do devido processo legal, da função social da propriedade e da dignidade da pessoa humana e o papel institucional do Estado na mediação de conflitos fundiários de forma pacífica e conforme os direitos assegurados na Constituição Federal; considerando, por fim, o dever deste Poder Legislativo de fiscalizar os atos da administração pública e de resguardar os direitos da população; indaga-se: 1) a ação policial mencionada esteve amparada por ordem ou mandado judicial? — em caso afirmativo, indicar o número do processo judicial e o juízo competente; 2) em não havendo mandado judicial que autorizasse a ação, informar de quem partiu a ordem para o despejo e para a atuação policial; 3) houve requisição formal por autoridade judiciária para o emprego da força policial? — em caso positivo, esclarecer quais condições foram estabelecidas; 4) existindo mandado judicial, por qual razão não foi ele previamente apresentado ou lido aos trabalhadores antes da ação policial? 5) por que não foi concedido o tempo solicitado pelas famílias para a desocupação voluntária, evitando-se o uso da força e a destruição de seus

bens? 6) qual a justificativa para a anotação das placas dos veículos pertencentes às famílias acampadas? 7) qual a razão para a utilização de unidades especializadas de combate ao crime nas fronteiras, como o Departamento de Operações de Fronteira (DOF), em ação de repressão a uma manifestação social pacífica? 8) houve impedimento ou restrição de acesso ao local de representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de parlamentares ou de outros agentes públicos? — em caso afirmativo, quais as justificativas? 9) foram realizadas apreensões ou retenções de celulares ou de outros meios de registro audiovisual pertencentes aos trabalhadores ou aos presentes na ação? — em caso positivo, esclarecer as circunstâncias; 10) existe, no âmbito da administração estadual, manual ou protocolo normativo que discipline a atuação da Polícia Militar e demais órgãos de segurança em ações de despejo coletivo ou de conflitos fundiários urbanos e rurais? — em caso afirmativo, requer-se o envio da respectiva cópia integral." Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, com a palavra a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu fui citada aqui pelo deputado Coronel David, o qual tem sempre tentado passar a ideia de que sou contra as instituições, em especial a Polícia Militar; disse aqui também que eu sou uma pessoa sem experiência. É verdade, aqui no Parlamento este é meu primeiro mandato. Mas eu gostaria de dizer ao deputado, e a todos que acompanham esse debate, que a minha luta não começou agora, que a minha experiência de organização social e da política tampouco começa agora; que a minha vinda para este espaço é resultado da minha luta justamente em defesa das instituições públicas e de um Estado forte; e que eu sou defensora, sim, da Segurança Pública, inclusive defendo que haja melhores condições de trabalho para os policiais, para todos os servidores da Segurança Pública. Faço o registro porque fui citada e não concordo com isso. Inclusive venho acompanhando a luta dos policiais, para os quais foi prometido pelo Governo do Estado que haveria uma valorização especial dos peritos criminais, profissionais que ajudam nas investigações dos crimes — e hoje falta profissional, o que prejudica as investigações, sobretudo, deputada Mara, dos casos envolvendo violência contra a mulher, como os feminicídios, etc. Ora, o governador prometeu que lhes daria melhores condições, mas até agora nem sequer recebe o sindicato para apresentar uma proposta. Portanto, eu sou defensora do serviço público, sou defensora do servidor público, e defendo todos os servidores da Polícia Militar, da Polícia Civil, e não aceito, e não admito que tentem me imputar qualquer postura diferente. E a minha história me garante essa postura, porque eu sempre fiz a defesa do serviço público. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Agora, sim, vamos ao Grande Expediente.. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhores deputados, primeiramente quero dizer que o que aconteceu nesta sessão foi lamentável. Vou perdoar o deputado Renato Câmara, que é novo na presidência, inexperiente...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda... ainda.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vejam que sobraram nove minutos para o debate no Grande Expediente. E o deputado João Henrique, que é um exímio regimentalista, hoje estuprou o Regimento Interno desta Casa, quando usou o pela ordem para fazer um debate aqui no microfone. Portanto ele não tem mais moral para pedir pela ordem e exigir ao mesmo tempo o cumprimento do Regimento, porque ele o descumpriu. E quando eu pedi pela ordem, era justamente para requerer ordem e respeito ao Regimento nesta Casa, porque tivemos um debate paralelo ali, num momento em que não deveria acontecer. O momento do debate é este aqui do Grande Expediente... Aliás, abrindo um parêntese, os bolsonaristas, que fizeram um tumulto hoje na sessão, agora não estão mais aqui para o debate; deveriam estar aqui sentados para o debate... O que aconteceu neste final de semana, com o despejo das famílias do MST em Dourados foi lamentável. Eu quero dizer que se trata de um movimento que faz uma reivindicação legítima! pela reforma agrária, numa terra improdutiva, terra que foi cedida pela Prefeitura de Dourados para que nela se exercesse uma função que não se exerce hoje. Há doze anos aquela área está abandonada, improdutiva, e o MST reivindica essa terra para o assentamento de famílias que querem produzir, querem trabalhar e viver com dignidade com seus filhos. Também gostaria aqui de afirmar que o MST não é um bando de bandidos que invade as fazendas das pessoas. O MST é um movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais que reivindicam um pedaço de terra para poder trabalhar, produzir, gerar emprego e lá morar com sua família. E a Constituição garante o direito de constituir um movimento pacífico de reivindicação da reforma agrária: o Brasil é um país democrático que permite a manifestação dos movimentos sociais. E outra, deputado Zé Teixeira: o exímio constitucionalista deputado João Henrique disse aqui que quer mudar a lei agora, para que a terra não precise mais cumprir sua função social — ele falou aqui que "temos de mudar, que isso aí é absurdo". A nossa Constituição exige que uma terra cumpra sua função social, e a função social da terra, como previsto na Constituição, tem como objetivo garantir que a propriedade seja utilizada de forma que atenda às necessidades da sociedade, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Isso significa que uma terra não pode ficar ociosa, subutilizada, ou de forma que prejudique o meio ambiente ou os direitos dos trabalhadores que ali trabalham. Pois ora, o MST estava justamente reivindicando uma propriedade que não cumpre sua função social. Aliás, essa propriedade deveria ser devolvida para a Prefeitura de Dourados para ali se reivindicar o assentamento de famílias para que elas possam viver e trabalhar naquela terra. Em todo caso, o que nós do Partido

dos Trabalhadores lamentamos é a forma truculenta como as famílias foram despejadas, sem um prévio processo de negociação. Eu queria lembrar aqui que há uma comissão de negociação dos conflitos sociais no estado; eu participei dessa comissão representando a Assembleia Legislativa, e essa comissão não foi chamada para ir lá negociar com as famílias. Eu participei de várias reuniões na Secretaria de Justiça; quando havia um despejo, uma ordem judicial de reintegração de posse, nós éramos convocados para preparar os ânimos para que não houvesse violência, não houvesse qualquer tumulto. E essa comissão sempre funcionou...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ...Agora, de uma hora pra outra, vai lá a polícia com tropa de choque, faz o despejo, e essa comissão não é mais chamada para intermediar os conflitos. Então é estranho ver isso... Se é uma propriedade improdutiva, devia haver ali um processo de negociação, mas não de violência, como aconteceu. Concedo o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, Vossa Excelência tocou num ponto importante, que é essa questão de apartes. Acho até que o presidente deveria ter suspenso a sessão, porque o que houve aqui eu também acho que não está correto; além disso, ninguém consegue nada gritando, e o Regimento tem que ser cumprido. Mas eu queria dizer a Vossa Excelência que um erro não justifica outro. Aquela terra foi desapropriada, na Colônia Agrícola de Dourados, em 1994, quando meu irmão era prefeito da cidade, época em que começou a vir pra ali o desenvolvimento, e era para construir lá incubadoras, para criar os pintinhos e os engordar. Nesse tempo não era a JBS a dona... A JBS tem hoje uma grande indústria de frango na região, mas o frigorífico dela ali é de suíno. Só que são 140 hectares de terra! Se é ociosa, eu acho que caberia à prefeitura, que foi quem desapropriou e pagou, entrar com uma ação contra a JBS, já que ela não está cumprindo a função social, já que a terra está ociosa. Mas nada disso justifica, na minha visão, a invasão. Porque são tantas exigências legais na lei da reforma agrária, que na prática muitas vezes o proprietário não consegue cumprir. A região de Dourados, de Caarapó, se levássemos ao pé da letra a lei, teria que ser todinha desapropriada — porque não choveu, deu trinta sacas de soja, o proprietário tem de pagar o banco, conclusão: não cumpriu a função social. E por que não cumpriu? Porque não choveu, e se não choveu, não produziu, se não produziu ele não tem renda, e sem renda a terra fica ociosa, fica sem produtividade, fica sem colocar o produto na mesa das pessoas, e com isso não se faz o giro do dinheiro, não se faz a cidade crescer. Então, um erro não justifica outro. Eu sou terminantemente contra a invasão, totalmente contra, porque há muita propriedade em Mato Grosso do Sul titulada, vendida, com o respectivo recolhimento do dinheiro do governo estadual. Mas daí inventam a história do Decreto 175, que dá o direito aos índios de invadir.

Há propriedade rural aí invadida por índio, com o produtor rural lá, dentro da fazenda, tocando a lavoura junto com os invasores! Mas a Justiça, deputado, é morosa, porque a Justiça não poderia deixar isso se arrastar por vinte, trinta anos. Eu apoio em parte o discurso de Vossa Excelência, mas lhe digo: se fizermos um levantamento da produção do assentamento Tejim, lá em Nova Andradina, vai ser zero! porque naquela terra não dá nem calango verde. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, eu vou pedir cinco minutos, presidente, para poder concluir meu pronunciamento, porque parece que acabou o Grande Expediente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Cinco minutos concedidos, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O deputado Zé Teixeira diz que é contra invasão, pois nós não chamamos assim, nós chamamos ocupação, que é o método utilizado pelo movimento social para reivindicar a reforma agrária. Vejam bem, quando vai ocupar uma área, o MST faz uma pesquisa antes para saber a situação daquela área. Muitas vezes as fazendas ocupadas estão com dívidas junto à União, com dívida no Banco do Brasil, estão com processo, estão *sub judice*. De forma que o MST não ocupa qualquer área, área produtiva, ele faz, como disse, um estudo prévio para saber se a área pode ou não ser desapropriada para fins de reforma agrária... E é um movimento legítimo de pressão, porque se todo mundo ficar em casa esperando que um dia as famílias sejam chamadas para ser assentadas pela reforma agrária, isso não vai acontecer nunca! Então, é um movimento legítimo de pressão do movimento social. Agora, sobre a desocupação da área em questão, eu quero resgatar aqui um pouco do debate que estava sendo feito fora de horário, no Pequeno Expediente. Quando famílias de trabalhadores rurais ocupam uma área, é rápida a reação das forças de segurança para desocupar a área. Mas, por outro lado, nós ouvimos aqui deputados do PL dizendo que se trata de bandidos, de criminosos... mas aí eu pergunto: no dia do segundo turno, quando foi anunciada a vitória do presidente Lula, o que eram aquelas pessoas fechando estradas Brasil afora?!... O que eram essas pessoas? Eram trabalhadoras? Eram pessoas honestas? Eram pessoas pacíficas?... Ou eram pessoas que queriam causar o caos no país, que queriam golpe militar, que queriam destruir as instituições da democracia brasileira, que queriam destruir o estado democrático de direito? Então, são dois pesos e duas medidas: quando se trata de um movimento social, que reivindica direitos garantidos pela Constituição, a medida é a força, é a violência; quando se trata de baderneiros, de golpistas, que fecham as estradas contestando o resultado das eleições, aí é a maior leniência, é a maior paciência do mundo. Quando ficaram na frente dos quartéis reivindicando a ditadura militar, reivindicando intervenção militar, aí então ninguém fazia nada: todo mundo de braços cruzados achando bonito e

deputado desta Casa indo lá comer churrasco na frente dos quartéis. Então é preciso discernir quem de fato é bandido, quem é baderneiro, quem quer o caos. Quem quer destruir a democracia no Brasil não é o MST, o MST defende o estado democrático de direito, defende a Constituição, e, sim, quer reforma agrária, mas em cima de propriedades improdutivas — e isso tudo é legal, é dentro da legalidade. Agora, é muito estranho que o Estado haja com essa rapidez e essa violência em cima de um movimento social que tem uma reivindicação justa e legítima, mas aí, quando os bolsonaristas querem o golpe militar, a reação é outra. Então, eu acho que nós temos que fazer um debate honesto aqui, um debate fundamentado na legislação, na Constituição, e exigir que toda propriedade rural cumpra sua função social. Não cumpriu? Que a terra seja destinada para a reforma agrária. Vou respeitar os cinco minutos que o presidente me concedeu, tomara que noutras sessões tenhamos mais espaço para o debate. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrado o Grande Expediente. Antes de passarmos à Ordem do Dia, gostaria de anunciar a campanha da Assembleia Legislativa que aproxima os deputados estaduais do cidadão, que é a campanha "Todos Juntos pelo Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul". Vou pedir então à assessoria da Mesa para rodar o vídeo da nova campanha institucional da Assembleia, que será disponibilizado a todos os meios de comunicação. [exibição do vídeo]... Passemos à **ORDEM do DIA**. Solicito ao segundo-secretário que proceda à verificação de quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, vinte e dois deputados presentes: há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 012/2025. Autor: deputado Pedro Caravina. "Dispõe sobre a denominação oficial de 'Vale da Celulose' do conjunto de municípios impulsionados pela cadeia produtiva da celulose e dá outras providências." A Comissão de Turismo, Indústria e Comércio emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Modificativa 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para discutir o projeto, com a palavra, o deputado Pedro Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, eu quero só pedir o apoio dos colegas na votação desse importante projeto que dá visibilidade ao Vale da Celulose, que é o conjunto dos municípios que sofrem um impacto direto tanto das fábricas que estão sendo construídas, quanto do plantio de eucaliptos. O projeto então traz essa visibilidade, dá condições para que esses municípios também busquem apoio institucional



e novos investimentos. Então é importante cognominar de "Vale da Celulose" esse conjunto de municípios, e o projeto fica aberto para novos municípios que venham a intervir positivamente no ramo da celulose. Conto com o apoio dos colegas.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação... Agradecemos a presença do vereador Airton Ferreira Marques, presidente da Câmara Municipal de Bodoquena; agradecemos também a presença da vereadora Magali da Silva Godoy, do município de Caracol. Ainda em votação...

Projeto de Lei nº 012/2025, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.



DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, vinte e um votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à redação Final. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 083/2025. Autor: Poder Executivo. "Institui o Programa Selo da Agricultura Familiar, no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, para os fins que menciona, e dá outras providências." A Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, Agrária e Pesca emitiu parecer favorável, por unanimidade à Emenda Aditiva 01, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Aditiva 01, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para discutir, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Apenas para cumprimentar o Governo do Estado, na pessoa do nosso governador Eduardo Riedel, também na do secretário Jaime Verruck, pela forma como o governo está pensando esse programa, pela valorização da agricultura familiar. E aí veja só, presidente, que diferença entre as formas de pensar e de encaminhar a agricultura familiar... Enquanto certos membros da Casa ficam presos a uma visão arcaica, anacrônica, antiga, ultrapassada, do século XIX, da reforma agrária, o governo, por outro lado, demonstra uma visão moderna de desenvolvimento para o estado, um governo que entende a necessidade de valorizar o pequeno produtor, de

fortalecer as cooperativas, de dar capacitação, de apostar na ciência agrônômica, um governo que entende a necessidade de levar o progresso técnico para dentro das propriedades, a necessidade de valorizar aqueles que já estão assentados, que muitas vezes estão abandonados lá num lote, sem recursos, sem capacidade de produzir. O governo está demonstrando que pode, sim, estender a mão a essas inúmeras famílias para que elas possam ser produtivas, para que elas não dependam de nenhum tipo de política assistencial. Está de parabéns o governo por instituir o programa Selo da Agricultura Familiar... E aproveito para dizer também, presidente, que fiquei muito feliz ao saber do programa do leite que o governador Eduardo Riedel está encabeçando, que inclusive coloca recursos a mais para os produtores mais produtivos, para aqueles que compram matrizes com genética, para aqueles que aumentaram sua produtividade na bacia leiteira — mostrando com isso que a agricultura familiar tem uma força importantíssima. Outro dia levantei um dado, presidente: o Brasil, desde a década de 1970, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, já assentou 1,2 milhão de famílias. Da década de 1970 para cá, senhor presidente, foram destinados para a reforma agrária 92 milhões de hectares neste país! — o país tem mais de 800 milhões de hectares, nós estamos falando portanto de mais de 10% do território nacional! nesse que é o maior programa de colonização e reforma agrária do mundo! Noventa e dois milhões de hectares, senhor presidente, é três vezes o território do Estado de Mato Grosso do Sul, estamos falando de três vezes o tamanho da Alemanha, tudo isso nós conseguimos assentar e colocar na produção. Vejam a pertinência de um programa como esse, que vai justamente atender a necessidade e fortalecer aqueles que já estão assentados. Podemos ampliar e fazer novos assentamentos? Sim. Podemos cumprir a Constituição? Sim. Mediante qual forma? Mediante a lei. Mediante o processo legal. Mediante a preservação do estado democrático de direito. Mediante a indenização prévia, justa e em dinheiro. Mediante a preservação do contraditório, do devido processo legal. Então, é através da lei, é através da ordem que nós vamos fazer com que o pequeno produtor possa ser gigante. É valorizando o homem do campo, é prestigiando a reforma agrária do século XXI, que nós vamos fazer alguma coisa neste estado, não é olhando para o século retrasado. Parabéns ao governador!

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para discutir, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, para dizer a Vossa Excelência, a esta Casa, a quem nos assiste, a quem nos ouve, que com certeza este é um momento muito, mas muito importante para a chamada agricultura familiar de Mato Grosso do Sul. E entendo a agricultura familiar não só como um assunto afeto aos assentados aos quais se refere meu parente Pedrossian Neto, mas também à chamada pequena agricultura

tradicional, dos pequenos proprietários, também aos povos indígenas e às comunidades quilombolas. Muito importante, porque nós entendemos, senhor presidente, que vivemos um momento realmente crucial para a agricultura familiar no estado, e nisso concordo com o meu parente Pedrossian Neto. Primeiro pelas ações que civilizadamente se somam às já atribuídas à Agraer e à Secretaria Especial da Agricultura Familiar criada pelo governador Riedel (que nessas ações, tanto da reestruturação da Agraer como da Secretaria Especial, demonstra sua sensibilidade com a pequena propriedade, a chamada agricultura familiar): as ações do governo Lula, do Governo Federal, de reestruturação do Ministério da Agricultura Familiar. Importante lembrar que o Ministério da Agricultura Familiar, no inominável governo passado, foi extinto, engavetado num buraco qualquer da Pasta da Agricultura e Pecuária. Pois Lula recriou o Ministério da Agricultura Familiar, redimensionou e reestruturou o Incra; e o Incra e o MDA, através da superintendência do estado, com a Agraer, com a Conab [Companhia Nacional de Abastecimento], com a Secretaria Especial, permite uma ação articulada que avança do ponto de vista da qualificação da agricultura familiar e, conseqüentemente, da sua produção. É importante dizer a Vossa Excelência, num terceiro momento, que isso tudo também tem sentido, e muito sentido, considerando os investimentos feitos, considerando a possibilidade de financiamento através do Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar, o Pronaf. Ano passado, o Pronaf instituído por Lula injetou neste estado quinhentos milhões para financiar a agricultura familiar, a juros de 1%, 2%, 3%, 4%, com carência de dois, três anos, e com rebate até de 40%. Portanto, as ações práticas da Agraer, da Secretaria Especial do Incra, da Conab, combinadas com a possibilidade de financiamento de recursos, dão-nos a dimensão desse momento especial que vive a agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. Para concluir a justificativa do meu voto, senhor presidente, trabalhamos agora com a ideia da agroindustrialização. O deputado Vander, a senadora Soraya e a deputada Camila Jara nos destinam recursos da ordem oito milhões de reais para começarmos a fazer pequenas agroindústrias na área do processamento do leite, do mel, da mandioca, da fruta e da panificação. Isso vai nos permitir agregar valor, fugir do intermediário e, conseqüentemente, melhorar a renda daqueles que vivem no campo como pequenos agricultores, tradicionais ou da agricultura familiar. Então quero, concluindo de fato, cumprimentar o governador Eduardo Riedel. E quero dizer a Vossa Excelência, presidente, a esta Casa, e particularmente ao governador e equipe, que agora, uma vez aprovada a lei do selo, ou da certificação, os pequenos agricultores terão tranquilidade para vender sua produção em qualquer lugar do estado — e ficamos aguardando a aprovação nesta Casa do "fundo de aval". O governador Riedel recebeu o companheiro Sinval Machado, que veio da Sudam [Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia] trazendo do norte a ideia da criação de um fundo de aval para garantir o financiamento da agricultura familiar. Portanto, senhor presidente, como um entusiasta da agricultura familiar, entusiasmado com essas ações,

gostaria de cumprimentar todos aqueles nesta Casa que nos ajudam na aprovação de um projeto estratégico para colocar a agricultura familiar no nível que ela merece... E, concluindo de verdade, quero dizer ao meu amigo Zé Teixeira, que sabe como eu penso, que eu entendo a agricultura familiar como parceira do agronegócio. O agronegócio produz para a exportação, para a entrada de dólares, para equilibrar a balança comercial, para gerar emprego, as *commodities* do milho, da soja, da carne garantem isso, o que é importante para o Brasil, e ninguém mais do que Lula trabalha nesse sentido. De outro lado, temos a agricultura familiar para produzir o alimento de que precisamos para alimentar o povo brasileiro. Parabéns a esta Casa! Parabéns ao governador Riedel e a todos que acreditam num Brasil mais justo, mais humano, mais solidário. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, para discutir, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu quero aqui parabenizar especialmente ao deputado Zeca, grande entusiasta desse projeto, que esteve debatendo com pequenos produtores rurais, em especial com os assentados da reforma agrária no estado, e que vem fazendo um bom debate na comissão aqui da Casa, que vem enfim levantando os problemas da produção agrária de Mato Grosso do Sul. O companheiro Zeca já defendeu muito esse projeto aqui na Assembleia Legislativa, e o governador achou por bem acatar a proposta, por julgá-la importante para os trabalhadores rurais e para os trabalhadores assentados, que têm grandes demandas quanto à produção e ao escoamento desses alimentos. Só não podemos esquecer que essa política de defesa do pequeno produtor e dos assentados, tocada pelo Estado de Mato Grosso do Sul, é muito mais exequível quando o Governo Federal (principalmente nos governos do PT) tem como uma de suas preocupações a proteção e o incentivo ao pequeno produtor. E nós nos convencemos também, a partir dos debates, do diálogo com esses pequenos produtores, da necessidade de mais investimento. Importante também dizer que quem produz alimento em Mato Grosso do Sul, quem produz alimento que está na mesa da população é a agricultura familiar, é a pequena produção; e Mato Grosso do Sul é ainda um dos estados com maior concentração de renda e de latifúndio no país, o que flagrantemente contrasta com a nossa falta de soberania alimentar: o que nós comemos não é produzido aqui no estado. Então de fato precisamos de muito mais políticas que atendam o pequeno produtor, que é quem produz alimento no país. O advento desse projeto nos convida a fazer um debate mais sério no Estado de Mato Grosso do Sul, precisamos discutir o que significa esse grande latifúndio, se vamos continuar priorizando a produção de grãos para exportação

em detrimento de um investimento maior na produção para consumo interno. Sim, porque o que está acontecendo é que se privilegia aí uma produção cheia de veneno, que contamina nosso solo, as águas dos nossos rios, que prejudica nossa saúde, deixando-se num segundo plano um incentivo maior para a produção dos assentados. Então quero aqui parabenizar, em especial, ao deputado Zeca por ter levado esse debate a fundo, e ao governador por ter atendido à reivindicação do movimento dos pequenos produtores rurais. Obrigada.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para discutir, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu quero dizer que sou 100% a favor dos pequenos produtores, mas discordo em parte do que se disse a respeito do assunto. Como se sabe, nesse mercado da soja, agora nós superamos os Estados Unidos, sendo nosso maior comprador a China; então, se de fato houvesse essa contaminação dita aqui, jamais os chineses nos comprariam essa *commodity*, lembrando que a soja é polivalente, até leite de soja para alimentar crianças carentes se pode fazer. Além disso, se fizermos aqui uma comissão e trouxermos para falar produtores de qualquer assentamento de Mato Grosso do Sul (de Eldorado, de Tejim, de onde for) e procurarmos saber que investimento foi feito em seus respectivos assentamentos pelo atual presidente da República... eu acho que é minúsculo. Ninguém impede o governo, que tanto se arvora em defensor do pequeno produtor, de investir. Quem é que está impedindo o Governo Federal de investir? Ninguém! E quantas vezes já não se perdoou dívida desses assentamentos por falta de produção, ou paga com 90% de desconto — coisa que não acontece no setor da soja. No setor da soja, quando não paga a conta, o fazendeiro perde a fazenda, porque não cumpre a função social, e ainda por cima entra lá esse movimento que não tem nem personalidade jurídica! Qual é a personalidade jurídica que tem esse MST?!... É para destruir pesquisa? É para destruir laranjal? É para fechar estrada?... Foi dito aqui que estradas foram fechadas pelo movimento do produtor rural, mas quantas vezes não se impediu de ir e vir entre Itaporã e Dourados!... gente de ambulância não podendo passar porque os índios vão lá e fecham, atravessam madeira na pista, queimam pneu. O governador, claro, deu ordem para desobstruir, foi o governador Riedel quem deu a ordem para a polícia tirar os invasores da propriedade da JBS — porque quem manda na polícia é o governador! Jamais um secretário de Segurança Pública ia dar uma ordem dessas sem consultar o governador. Agora, o que fez o governador? Cumpriu o que está escrito na Constituição: invasão é proibido, invasão é crime! Então, eu discordo plenamente dessa história de que o problema é que a soja é envenenada... Jamais, com os estudos técnicos de hoje, jamais um país evoluído como a China, que tem na soja quase que 100% do seu

alimento, iria nos comprar um produto contaminado, potencialmente prejudicial à saúde de seus cidadãos. A soja hoje é que alavanca o PIB deste país — país mal administrado, com investimento malfeito, com esse cabide de emprego de quase quarenta ministérios que não funcionam... Isto, sim, emperra o país. A Lei Rouanet, isso sim é um crime! e não o plantador de soja. Porque este planta para criar riqueza, e dar emprego: dar um maior PIB para o nosso país. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a discussão.
Em votação.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para declarar o voto, tem a palavra o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pedi a palavra novamente apenas para contestar algumas informações absolutamente inverídicas, que fogem da boa técnica, da ciência, do conhecimento. Estou falando dessa ideia de que o agro não produz alimentos para o mercado interno, que seria tão somente para a exportação, para a obtenção de divisas estrangeiras. Isso é uma inverdade, e assusta ouvir esse tipo de discurso ser repetido tantas vezes dentro desta Casa, senhor presidente. Porque, primeiro, todo mundo come carne, e a carne é produzida dentro das fazendas, e ela integra a produção do agro. E ora, falar de soja, de milho, é falar também de ração animal, é ração animal para frango e é ração animal para suíno; e as pessoas comem frango e comem carne de porco. Vejamos o que acontece, por exemplo, com a produção do arroz. O arroz é em grande medida, mais de 70%, produzido pelo Rio Grande do Sul, pelas características do seu relevo, como Vossa Excelência bem conhece; e lá são propriedades de 50, 100, 150, hectares, algumas há com 300 hectares, ou seja, são propriedades de tamanho médio — e quem produz o arroz é o agro, assim como produz o feijão. Então quero assinalar a nossa absoluta discordância com essa tese de que o agro não produz alimentos. O agro produz alimentos e abastece, sim, a mesa da família brasileira.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para declarar o voto, com a palavra, a deputada Gleice Jane... Gostaria só de fazer um lembrete para os nobres deputados: que a declaração de voto é para falar do voto, e não para retornar ao debate... Pois não, deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu quero declarar o meu voto sim, porque este é um projeto que apoia a pequena produção, a agricultura familiar; também porque é a pequena produção que fornece o alimento da nossa mesa, e porque o grande produtor hoje lança bastante contaminação nos rios. Vejam o que diz essa notícia do Globo Rural, publicada este ano: "China suspende importação de soja de unidades brasileiras de cinco empresas." Isso justamente por ter sido detectada nesse grão uma quantidade de agrotóxicos acima do permitido, e parte dessas empresas são daqui de Mato Grosso do Sul. Daí que é importante garantirmos políticas para a pequena produção, para uma produção de alimento saudável. Muito obrigada, e meu voto é sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para declarar o voto, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Enquanto os colegas votam, e eu vou ter que sair, queria dizer a Vossa Excelência que amanhã o governo Lula estará aqui assinando 479 contratos do seu programa Minha Casa Minha Vida, para os municípios de Costa Rica, Coxim, Fátima do Sul, Figueirão, Juti, Laguna Carapã, Miranda, Paranaíba e Sonora. E quero avisar aos bolsonaristas que gostaria muito de ter visto alguma casa verde-amarela, mas infelizmente não vi coisa nenhuma, porque aquele governo do Bolsonaro era só para propaganda fajuta! viu, Coronel David?... Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 083/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à redação final. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 146/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Obriga as operadoras privadas de planos de saúde, com atuação no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a encaminhar aviso prévio aos beneficiários com Transtorno do Espectro Autista (TEA), informando sobre a suspensão ou o cancelamento de seus serviços." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral nº 02, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para discutir, com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, o Transtorno do Espectro Autista é uma condição geral para um grupo de desordens complexas do desenvolvimento do cérebro que acontecem logo após o nascimento. Tais distúrbios se caracterizam principalmente pela dificuldade de comunicação social e por comportamentos repetitivos. Nós apresentamos a proposta porque os planos de saúde não fazem a comunicação antecipada no caso de desligamento de um médico, de uma clínica que atendem paciente autista. A mudança interfere em todo um trabalho, no tratamento que está sendo feito ao paciente com TEA. Apresentamos então esse projeto no intuito de fazer com que as operadoras sejam obrigadas a informar previamente os segurados cujos filhos com TEA estejam sendo tratados. Portanto, entendendo que é um projeto que vem colaborar para que os tratamentos hoje disponíveis na medicina sejam respeitados pelo plano de saúde.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Agradecemos a presença dos vereadores José Saulo da Paixão, Donizete Rosa Ribeiro, John Lennon Paulista Rossati, o "John da farmácia" e Paulo Chagas, todos vereadores do município de Sete Quedas. Levem o nosso abraço ao prefeito Erlon. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 146/2023, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, dezoito votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 236/2024. Autor: deputada Mara Caseiro, com coautoria dos deputados Pedrossian Neto, Professor Rinaldo, Gleice Jane e Lia Nogueira. "Estabelece diretrizes de incentivo à proteção e de atenção às mães atípicas e institui a Semana Estadual das Mães Atípicas." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para discutir, a autora do projeto, deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, primeiro quero agradecer às deputadas Gleice Jane e Lia Nogueira e aos deputados Pedrossian Neto e Professor Rinaldo pela parceria nessa proposição, resultado do trabalho de uma comissão que criamos nesta Casa, comissão de acompanhamento (e com certeza com todo o amparo

e apoio) da luta dessas mães atípicas. Estamos criando a semana estadual das mães atípicas, primeiro, para dar visibilidade a essas mulheres que cuidam dos seus filhos (ou parentes), para que possamos garantir o seu direito. O projeto traz as diretrizes de incentivo à proteção e à atenção às mães atípicas, tais como: assistência psicológica e psiquiátrica; inclusão social, combatendo-se assim sua invisibilidade e o estigma que enfrentam no cuidado de pessoas com deficiência; realização de campanhas de conscientização da população sobre a importância do apoio às mães atípicas; celebração de parcerias com órgãos públicos e organizações da sociedade civil, universidades e instituições de pesquisa, destinadas a promover estudos e pesquisa — diretrizes que buscam alcançar os fins previsto nesta lei. Então, senhor presidente, a lei é para realmente apoiar, para aprendermos a ouvir essas mães atípicas e para podermos garantir os seus direitos. Então agradeço aos parceiros do projeto e peço aos colegas que nos ajudem a aprová-lo. Obrigada, senhor presidente. **PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para declarar seu voto, tem a palavra a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, este é um projeto importante, projeto que nasce da luta das mães atípicas, que já há alguns anos vêm a Campo Grande fazer suas reivindicações, apresentando as dificuldades que enfrentam com o atendimento do serviço público; mães que foram criminalizadas durante o processo eleitoral, mas que este ano, felizmente, nós aqui na Assembleia Legislativa viemos acolhendo. O projeto então nasce dessa necessidade, dessa escuta ativa, de uma escuta qualificada do sofrimento dessas mães, e nós percebemos, a partir dos testemunhos dados nas reuniões aqui, o quanto essas mães precisam dessa assistência também para o atendimento dessas crianças. O artigo 2º diz que a política estadual instituída pela presente lei é (inciso II) estimular a capacitação e a formação continuada de profissionais das áreas de saúde, assistência social e educação para o atendimento de mães atípicas, o que em nosso entender é crucial; inclusive já apresentamos outro projeto de lei que busca capacitar servidores públicos. Um desses projetos acabou sendo arquivado porque se entendeu da sua não necessidade, mas aqui é bom evocá-lo novamente, para dizer o quão importante é valorizar o servidor público, capacitá-lo a dar um atendimento compatível com essa diversidade de situações existentes na sociedade, especialmente das mães atípicas. Também quero parabenizar os colegas que estão fazendo parte desse projeto: deputada Mara Caseiro, deputada Lia Nogueira, Pedrossian Neto e Rinaldo, por terem essa sensibilidade de escutar, de ouvir e de perceber a necessidade de haver uma política para as mulheres. Parabéns, e meu voto é sim.

Projeto de Lei nº 236/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, dezesseis votos favoráveis, nenhum voto contrário.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Item 5. Em discussão única: 17 indicações e 01 moção de congratulação. Os deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Paulo Duarte, em razão do falecimento da senhora Ademilce de Araújo. Proposta pelo deputado Zeca do PT, em razão do falecimento da senhora Eva Maria Granha de Carvalho. Proposta pelo de Zeca do PT, em razão do falecimento do senhor Cândido Alberto da Fonseca. Proposta pelo deputado Coronel David, em razão do falecimento do senhor Júnior Batista Macedo. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Antes de encerrar, esta Presidência reafirma o seu compromisso com a democracia, o seu compromisso de sempre assegurar a palavra aos colegas deputados; o debate engrandece esta Casa, é também no debate que os nossos representantes têm a oportunidade de externar o seu posicionamento a respeito de vários assuntos. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Presidente, faço uso da tribuna (semana passada não pude fazê-lo, pois a sessão foi encerrada antes que me chamassem: faço o registro)... faço uso da tribuna nas Explicações Pessoais, porque realmente não tivemos condições de fazer esse debate antes. Venho aqui falar também sobre a pauta que hoje foi bastante debatida aqui, sobre um assunto que muito nos preocupa. Porque eu estava acompanhando essa pauta, eu estive no local dos acontecimentos; o movimento me chamou dizendo que as pessoas estavam bastante amedrontadas, pela forma como estavam sendo tratadas pela organização do Estado, e que havia ali também a violação de uma série de direitos. Fui então até lá, para ouvir, para conversar com o movimento; também conversei com o coronel Rocha, que estava fazendo seu trabalho, cumprindo ordens. E quero aqui registrar que no trabalho dos servidores da Segurança Pública existe uma hierarquia, de forma que toda a responsabilidade desse ocorrido tem de ser atribuída ao comando, e o comando é da Secretaria de Segurança Pública e do governador Eduardo Riedel. Se há alguém responsável por essas ações da polícia, ações que não atendem aos interesses da população, esses responsáveis são os agentes políticos, e não os servidores públicos. O caso é preocupante, pois houve realmente uma ação arbitrária do governador do Estado de Mato Grosso do Sul, já que, segundo todas as conversas, não havia nenhum mandado judicial determinando aquela ação. De forma que o governador foi extremamente arbitrário ao mandar a polícia, através da Segurança Pública, fazer o despejo daquelas pessoas (dizem que foi feito um B.O., mas nós vamos questionar ainda a existência desse B.O.). Eu estive lá e pude ver quantidade de carros, de policiais, do grande aparato mobilizado para aquela ação, com ônibus, com dois caminhões do Corpo de Bombeiros, com várias viaturas. Quando é uma mulher vítima de violência que

solicita ajuda, aí é aquela dificuldade de mobilizar o aparato do Estado. Quando lá na periferia alguém precisa de um aparato da Segurança Pública, não se tem o mesmo atendimento que tiveram os amigos do governador! E chamo de amigos do governador, porque o que nós percebemos aqui no estado, o que nós percebemos nessa ação foi nada mais que uma tomada de posição política do governador, que achou por bem atender aos interesses dos homens ricos, dos latifundiários do estado, em detrimento de uma política de assistência à população! Tampouco tem o governador a mesma agilidade para atender as mães atípicas quem vêm aqui solicitar ajuda. O governador não tem a mesma agilidade para atender as mulheres vítimas de violência — inclusive ele mesmo disse que há falhas no sistema, só que até hoje não apresentou o que vai fazer para corrigir tais falhas. O governador Eduardo Riedel não tem a mesma presteza para atender os servidores que solicitam uma capacitação, que solicitam ser reconhecidos por esse Estado. O governador Eduardo Riedel mentiu para os trabalhadores, para o servidor público no período eleitoral, não cumpriu com suas promessas até hoje; não cumpriu com os aposentados, não cumpriu com os professores contratados — não cumpriu com a população em geral... Mas para os homens ricos e brancos deste estado, o governador foi ágil, rápido, os atendeu imediatamente. Mas eu quero dizer também que essas famílias, que esses homens e mulheres que sofrem — que sofrem! —, eles estão assim porque são vítimas de um sistema que promove a desigualdade social, por um sistema que legitima a riqueza de poucos em detrimento de muitos. A área reivindicada é improdutiva, é uma área que não tem produção econômica, uma área que não gera lucro para o Estado; mesmo assim, o governador atendeu o fazendeiro, o dono daquela propriedade, uma empresa privada, que também não tem compromisso com a população, empresa que lucra enormemente neste estado mas que não devolve políticas para a população — a estes o governador Riedel atendeu, mostrando que ele tem lado, e que esse lado não é o lado do povo, que é o lado dos homens ricos deste estado. Observamos também que esse aparato do estado não é suficiente para atender toda a população; e na medida em que que essa população vai se empobrecendo e sendo esquecida, nós precisamos saber que o povo também reage — o que aconteceu naquele dia foi a reação de uma população que pede um teto, que pede comida, que não está sendo atendida pelo aparato do Estado de Mato Grosso do Sul. Havia lá mães atípicas que solicitam, que esperam ansiosas e apreensivas um atendimento para sua criança; mas essa mãe não teve o mesmo atendimento que teve o proprietário da terra; essa mãe há anos espera um atendimento de saúde para o seu filho, mas isto ela não teve, e essa mãe também foi atacada diretamente pelo aparato da Segurança Pública do Estado, que não concorda que ela reivindique o direito de ter condições de sustentar a família. É disso que estamos falando, não é somente sobre o direito à propriedade, é sobre o direito social, o direito à dignidade, direito que o governador não respeitou ao mandar para aquele espaço todo um aparato para atacar as famílias que lá estavam. Então, nós precisamos

deixar isso aqui registrado... Mas também quero dizer ao povo que quando toda a população se rebela, não há aparato do Estado que a possa parar. Porque, apesar de usar o aparato para atender aos interesses dos seus aliados, o fato é que o governador não fortalece a própria política de segurança do Estado: faz anos que não há concurso público, não há valorização profissional para esses servidores, que aos poucos vão prestando concursos em outros estados, vão saindo, e vão deixando um vácuo por aqui. Portanto, é importante que o povo também saiba que o nosso estado está fragilizado, que a postura do governador Eduardo Riedel é a de um governo fraco, frágil, de um governo que não tem capacidade de abrir o diálogo, de conversar... porque não havia necessidade de fazer o que ele fez, uma vez que estávamos conversando, dialogando, e que havia, sim, a possibilidade de resolver a situação: esta era a situação. Mas o governador Eduardo Riedel não tem compromisso com o diálogo, o seu compromisso é com um pequeno grupo de pessoas que detém a maior parte da riqueza e enormes áreas do Estado de Mato Grosso do Sul: é disso que se trata. É um governo frágil, fraco. Mas nós vamos continuar atuando ao lado da população, denunciando essas mazelas, denunciando essa política de quem não tem compromisso com o povo, de quem tem lado, lado que não é do povo. Então que fique aqui esse registro, e um recado ao governador: que a estrutura do aparato do Estado não é suficiente para atender às reivindicações de um povo que luta incansavelmente para garantir para si um pouco de dignidade. Mas, de novo: na hora em que o povo se rebelar, não haverá política capaz de detê-lo. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não havendo mais inscritos nas Explicações Pessoais e nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente sessão (11h54min).